

A QUESTÃO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO “Toda a História” *

Lúcio Tadeu Mota**
Isabel Cristina Rodrigues***

Resumo: Até os anos setenta, supunha-se que os índios não tinham futuro, nem passado; colocava-se a sua irreversível assimilação à sociedade envolvente, e seu fim diante do avanço capitalista nas áreas de fronteira. A partir dos anos oitenta a situação começou a mudar. E as questões relacionadas com as populações indígenas passaram a ser objetos de estudos. Dentre elas as representações das populações indígenas existentes nos livros didáticos. Dessa forma, nossa proposta é de verificar essas representações num texto específico – **Toda a História**, de José Jobson de A. Arruda e Nelson Piletti – adotado, desde sua primeira edição, nas vinte e uma escolas públicas de ensino médio de Maringá, atingindo no ano de 1998, um número de 14.212 alunos.

Palavras-chave: Etno-história, Livros didáticos, Populações indígenas.

Etno-história indígena e os livros didáticos

Até os anos de 1970, era comum a suposição de que as populações indígenas não tinham futuro. Admitia-se como verdade estabelecida a sua irreversível assimilação à sociedade envolvente e seu fim diante da expansão da economia capitalista. Também era lugar-comum a idéia de que não tinham passado. Os historiadores não se interessavam por elas por motivos metodológicos, pois se perguntavam: como estudar povos sem escrita? Temiam o campo das tradições orais ou o mergulho na

* Trabalho apresentado no III Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, UFPR, Curitiba, de 20 a 23 de julho de 1998. O livro analisado é **Toda a História** de Jobson de Arruda e Nelson Piletti, editado pela Editora Ática de São Paulo, edição de 1995.

** Professor Doutor no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá e pesquisador do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações - Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história.

*** Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

documentação produzida pelos agentes da conquista: os padres, administradores, viajantes, colonos etc. Pelo lado dos antropólogos, a abstenção tinha suas justificativas ancoradas em teorias. Para o evolucionismo, herdado do fim do século passado, era desnecessário esse esforço, pois, os índios eram o ponto zero da evolução, portanto, sem passado. Mais recentemente, os funcionalistas, adeptos da análise sistêmica e sincrônica, não davam muita atenção aos fenômenos particulares e, tampouco, permitiam o imponderável.

A situação começou a mudar há pouco tempo, quando os índios passaram a ter uma atuação política mais visível nos níveis nacional e internacional, a utilizarem de mecanismos jurídicos para fazer seus direitos, principalmente os relacionados com a terra, serem respeitados. Por outro lado, tanto na História como na Antropologia, as resistências foram cedendo. As questões metodológicas, até então colocadas como impedimento para o estudo das sociedades sem escrita, foram resolvidas. Os historiadores, a partir da década de 70, passaram a estudar questões relacionadas com a cultura popular e foram obrigados a lidar com novos tipos de documentos. Os antropólogos, insatisfeitos com as explicações excessivamente genéricas e sincrônicas, voltaram-se para a História de tal modo que, hoje em dia, muitos já não distinguem rigidamente as duas disciplinas.¹

A vitalidade da Etno-história², basicamente uma junção entre problemáticas antropológicas e métodos de investigação históricos, mostra-se plena na análise do destino das sociedades indígenas a partir de meados do século XIX. Momento este que

¹ Sobre as questões colocadas acima ver Manuela Carneiro da CUNHA. Introdução. **Revista de Antropologia**. São Paulo, 30/31/33. **História dos índios no Brasil**, 1992. Sobre a questão das fontes na história, CUNHA cita as possibilidades metodológicas expressas por Peter BURKE, no livro **Cultura popular na Idade Moderna**, 1989, p. 15-112. Ainda sobre a aproximação entre a História e a Antropologia, ver Marshall Sahlins, **Ilhas de História**, 1994.

² Com relação a Etno-história estamos utilizando aqui as formulações presentes na revista **Ethnohistory**, que vem publicando sobre o assunto nos Estados Unidos desde 1954. Para uma síntese dessa temática, ver Bruce G. TRIGGER. **Ethnohistoria: problemas y perspectivas. Traduciones y Comentarios**, 1:27-55, San Juan, Universidad Nacional de San Juan, 1987. Robert M. CARMACK. Etnohistoria y teoría antropológica. **Cuadernos del Seminario de Integración Social Guatemalteca**, 26:7-47. Guatemala, Ministério de Educacion, 1979. Shepard KRECH III. The state of ethnohistory. **Annual Review Anthropology**, 20:345-375, 1991.

a construção do Estado Nacional foi levada adiante pela força da persuasão ou pela força da guerra contra as populações indígenas. O Estado Nacional foi levado a demarcar novas fronteiras, incorporando novos territórios indígenas para a expansão das economias agro-exportadoras e se fazendo-se presente nesses territórios. A ocupação de territórios indígenas, a modernização e as idéias de europeização, são os vetores que imprimiram de uma forma geral as novas condições das sociedades nacionais no século XIX.³

Todas as nações americanas partiram do pressuposto de que os índios deveriam desaparecer. Nenhuma delas reconheceu a autonomia da nações indígenas existentes. Nos Estados Unidos a idéia de territórios indígenas foi uma farsa e só adiou o problema. A mesma coisa ocorreu nos pampas argentinos com a campanha de extermínio dos índios levada adiante pelas Forças Armadas Argentinas. No geral os políticos e administradores sempre visavam a eliminação dos índios. Simon Bolivar e San Martin, tinham alguma idéia sobre a questão indígena e chegaram a escrevê-la, no entanto elas nunca saíram do papel. As constituições dos países da América, como Bolívia, Peru, etc., abolem os índios com decretos transformando todos em camponeses. No Brasil ocorre o mesmo com a política de emancipação dos índios. Ora emancipá-los de que? Da sua condição de índios?⁴

³ Sobre a discussão do Estado Nacional e as populações indígenas no século passado ver: Carlos de Araújo MOREIRA NETO. **A política indigenista brasileira durante o século XIX**, 1971. Eunice PAIVA & Carmen JUNQUEIRA. **O Estado contra o índio**. 1985. Manuela Carneiro da CUNHA, Política indigenista no século XIX, In: **História dos índios no Brasil**, 1992. Lúcio Tadeu MOTA. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional. **Dialógos: Revista do Departamento de História da UEM**. (ISSN 1415-9945). Maringá, v. 2, n. 2, p. 149-175, 1998. Especificamente sobre a atuação do estado provincial paranaense em relação as populações indígenas no Paraná ver Lúcio Tadeu MOTA. **O Aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)**, 1998. Ainda sobre essa questão no século XX ver os trabalhos de Antonio Carlos de Souza LIMA, principalmente, **Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil**, 1992, e os de João Pacheco de OLIVEIRA FILHO com destaque para, **O nosso governo: os Ticunas e o regime tutelar**, 1988. Sobre a expansão da sociedade nacional nos territórios indígenas no século XX ver Darcy RIBEIRO, **Os índios e a civilização**, 1970.

⁴ Para maiores detalhes sobre as relações das populações indígenas com os Estados latino-americanos ver Guilherme Bonfil BATALLA, El pensamiento político de los índios en América Latina. **Anuário Antropológico**, 1979. **Utopia y Revolución, El pensamiento político contemporáneo de los índios en América Latina**, 1981. José BENGOA, Los indígenas y el Estado nacional en América Latina. **Revista de Antropología**, v. 38, n. 2, p. 151-186, 1995.

Seja como for, o fato é que após 500 anos de tentativas de abolir as populações indígenas, elas continuam existindo, recriando práticas ancestrais e reivindicando sua sobrevivência como sociedades específicas. Assim numa perspectiva etno-histórica nos propomos a analisar como as populações indígenas aparecem nos livros didáticos. Contribuindo, dessa forma, com o esforço que hoje se desenvolve no sentido de refinar e detalhar as análises e interpretações relacionadas com a história indígena, as relações das populações invasoras com as populações nativas, as questões relativas ao contato interétnico ocorrido nos séculos de ocupação do continente americano e as questões relacionadas com as representações das populações indígenas existentes nos livros didáticos⁵.

Concordamos com a professora Kátia Abud⁶ quando ela afirma que o livro didático é o construtor do conhecimento histórico daqueles cujo saber não vai além do que lhes foi ensinado pelas escolas. Todo professor acaba, de uma forma ou de outra, tendo o livro didático como apoio para o seu trabalho. E este tem sido um dos canais mais utilizados para a manutenção dos mitos e estereótipos que povoam a história, o que torna-se preocupante quando se observa que o mesmo tem assumido a função de informar inclusive ao professor, o que acaba reforçando as idéias nele contidas e a visão, por parte dos alunos, do livro como única fonte digna de confiança.

Por essa perspectiva o livro didático se encaixaria no âmbito do discurso competente (CHAUÍ:1989) como portador de um saber acabado, inquestionável pronto para ser absorvido. Essa postura implica em aversão à reflexão, em acriticismo, o que vale dizer, transferir a competência desse processo para outras instâncias da hierarquia do saber. Nessa cadeia o professor se encaixa como transmissor de conhecimentos e o aluno como receptor passivo. Em última análise significa incutir no aluno posturas de transferir responsabilidades e buscar sempre a

⁵ Sobre a questão indígena nos livros didáticos de história poucos são os trabalhos existentes. Entre eles, encontra-se uma pesquisa de fôlego realizada por Sonia Irene Silva do Carmo sob o título: **Entre a Cruz e a Espada: o índio no discurso do livro didático de história**. Dissertação de Mestrado, FEUSP, 1991.

⁶ Abud, Kátia. In: SILVA, Marcos A. da. **Repensando a história**. São Paulo : Marco Zero, 1984.

orientação de outras instâncias, as competentes, para a sua ação, ou seja, uma postura de subserviência.

Preocupados com essa constatação que já não se faz nova, é que nos motivamos a discutir na obra em questão, a abordagem dada à temática indígena, uma vez que inúmeras são as discussões a respeito do livro didático, porém a discussão de conteúdos específicos, a partir de autores específicos também constitui-se numa necessidade básica, principalmente quando esses conteúdos têm relação direta com o que se pretende hoje, nos discursos e propostas educacionais para a área de história: a reflexão em torno de conteúdos significativos e pertinentes à realidade do aluno⁷.

A opção pelo livro **TODA A HISTÓRIA** de ARRUDA e PILETTI não é aleatória. Trata-se de um manual didático que desde sua primeira edição teve ampla penetração nos colégios de Maringá, sobretudo na rede pública, por contemplar os conteúdos propostos pelo currículo oficial do Estado do Paraná, pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais/MEC) e DCEM (Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (MEC), atendendo só no ano de 1998, 14.212 alunos, nas vinte e uma escolas de ensino médio de Maringá.

A escolha, deve-se também à possibilidade que o livro apresenta de ser utilizado durante os três anos de duração do curso de ensino médio. Por contemplar a história numa perspectiva cronológica, desde a pré-história até os dias atuais,

⁷ A partir dos anos de 1980 surgiram muitos trabalhos sobre o ensino de história e sobre o livro didático. Entre os muitos que prestaram relevantes contribuições, sistematizando preocupações dos profissionais da área, ver: Conceição CABRINI, e outras. **O ensino de história – revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1984; Marcos A. da SILVA. **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984; História em quadro negro: escola, ensino e aprendizagem. **Revista Brasileira de História**. v.9.n.19. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero, set.89/fev.90. Selva Guimarães FONSECA. **Caminhos da história ensinada**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1995. Elza Nadai. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v13, n. 25/26, set. 92/ago 93. p. 143-162. José Alberto BALDISSERA. **O livro didático de história: uma visão crítica**. São Leopoldo: Cultural, 1983; Astor Antonio DIEHL (org.). **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: Ediupf, 1999. Circe BITTENCOURT (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Ed. Contexto, 1997; **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de doutorado. São Paulo: FFCH/USP, 1993. ANAIS dos **Encontros Perspectivas do Ensino de História**, 1988 e 1896, São Paulo: FEUSP.

inserindo-se nela a história do Brasil, satisfaz as necessidades do que está previsto para ser ensinado a essa clientela .

“Toda a História” e as populações indígenas

No capítulo dois de **Toda a História**, os autores abordam questões relativas a origem do homem no continente americano. Colocam as teorias mais aceitas sobre a humanização do continente: as migrações vindas da Ásia através do estreito de Behring ou através do oceano Pacífico desde a Polinésia. Sobre a idade do aparecimento do homem na América acompanham a discussão arqueológica com um mapa sobre os sítios (página XXX, do Atlas Histórico que acompanha o livro) e as datações mais recentes sobre os mesmos. Ainda sobre os sítios arqueológicos no Brasil apenas destacam os sambaquis no litoral, os sítios líticos, cerâmicos e rupestres no interior. Em duas páginas e meia os autores abordam a complexa e rica história do surgimento do homem na América não se preocupando em oferecer aos estudantes um panorama das culturas identificadas pelos estudos arqueológicos.

Muitas páginas depois, no capítulo quarenta, voltam a tratar dos povos pré-colombianos existentes na América. Destacam nesse capítulo os Maias e os Astecas. No capítulo seguinte os Incas e no capítulo quarenta e dois apresentam os povos pré-colombianos existentes no Brasil. Acertam no critério de utilizar a lingüística para classificar as populações indígenas existentes no Brasil, mas iniciam uma série de informações desconstruídas. Por exemplo indicam que *os especialistas já analisaram mais de cem línguas faladas no Brasil* (ARRUDA & PILETTI, 1995: 125) quando sabemos que hoje no Brasil são faladas mais de 170 línguas sem contabilizarmos as extintas ao longo do processo de conquista desde 1500. Existe uma grande diferença entre mais de 100 línguas e mais de 170. Em seguida os autores Arruda e Piletti afirmam existir três troncos principais: Tupi (oito famílias e vinte e seis línguas); Macro-Jê (cinco famílias e dezesseis línguas); e Aruake (duas famílias e treze línguas). Greg URBAN (1992:90) diz existir no Brasil *quatro grandes grupos lingüísticos*

com numerosos membros espalhados por vastas áreas: Arawak, Karib, Tupi e Jê (...) Existem ainda vários grupos lingüísticos menores, com menor número de línguas e distribuição mais compacta no mapa. (...) Além disso, há línguas isoladas, desligadas de famílias. Ruth M. F. MONTSERRAT (1994:95) também afirma serem *Quatro os grupos maiores de línguas no Brasil, com distribuição geográfica extensa e com vários membros: Tupi, Macro-Jê, Aruak e Karib. Há depois famílias menores (...) E finalmente, há as chamadas línguas isoladas, que não revelam parentesco com nenhuma das outras.* Temos, portanto, por um lado o livro didático afirmando existir três troncos principais de línguas, Tupi, Macro-Jê e Aruak não fazendo menção para nenhum grupo lingüístico menor e línguas isoladas, e por outro Urban e Montserrat afirmando serem quatro os principais grupos lingüísticos. Além dos já citados eles acrescentam o Karib, e discorrem sobre os grupos menores e as línguas isoladas.

A demografia dos povos indígenas

Com relação às questões demográficas os autores afirmam que na época da chegada dos portugueses em 1500 *havia de 2 a 3 milhões de índios no Brasil.* (ARRUDA & PILETTI, 1995:125) Numa estimativa modesta a FUNAI, no seu site de divulgação, calcula em quatro milhões e meio o número de índios no Brasil em 1500⁸ Essa *estimativa é extremamente modesta*, se compararmos com outros cálculos. Pierre Clastres calcula em um milhão e meio apenas a população Guarani, e as fontes espanholas do século XVI e jesuíticas do século XVII também fizeram estimativas de 200 mil a um milhão de Guaranis.⁹

O livro **Toda a História**, na sua terceira edição publicada em 1995, apresenta uma população de 230 mil índios no Brasil, dividida por regiões. Utiliza de dados publicados há quinze anos atrás, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1980,

⁸ FUNAI. **Os índios na descoberta do Brasil.** <http://www.funai.gov.br/indios6.htm>. 1998.

⁹ Para maiores detalhes sobre essa questão ver John Manuel MONTEIRO. Os Guaranis e a história do Brasil meridional. In: Manuela C. da CUNHA (Org.) **História dos índios no Brasil.** São Paulo, Cia das Letras, 1998.

quando poderia ter utilizado dados mais atualizados como os da própria FUNAI, publicados no mesmo ano da edição do livro, onde a agência governamental detalha a população indígena por estado da federação totalizando 325.652 índios. Quase cem mil índios a mais que os dados do CIMI de 1980. O apontado acima revela a superficialidade dos autores na abordagem da questão, ignorando dados recentes e desprezando um tratamento mais refinado e cuidadoso com as populações indígenas.

Ainda no capítulo quarenta e dois são referidas onze tribos indígenas: Tupis, Bororo, Nambiquara, Xoclengue, Tupinambá, Craô, Carajá e Uaurá, Timbira, Yanomami, Terena. Com exceção dos Timbiras, localizados entre o sul do Maranhão e norte de Goiás, todos os outros aparecem sem referência e localização no texto. Se nos remetermos aos mapas das páginas XIX e XXX, de **Toda a História**, veremos que das tribos citadas apenas estão localizados três tribos: Bororo, no Mato Grosso; Yanomami, em Roraima e Terena, no Mato Grosso do Sul.

Ora, se o livro didático constitui-se, para a maioria dos alunos, na única referência que terão sobre o assunto, porque negar o acesso a maiores e melhores informações que sejam capazes de demonstrar a grande quantidade de tribos existentes, a distribuição delas pelo território nacional e a diversidade cultural que apresentam?

Com relação a demografia indígena e sua distribuição no território nacional vejamos os dados da FUNAI de 1995.

Quantos são e onde estão os índios hoje?

<i>Estado</i>	<i>Sociedades Indígenas</i>	<i>População</i>
Acre	Arára, Asheninka, Huniquim, Katukina do Acre, Manitenéri, Maxineri, Poyanáwa, Yaminawá, Yawanáwa, Makuráp, Apurinã, Katukína, Kulina, (Venezuela/Colombia) Amawáka (Peru), Kaxinawá (Peru)	6.610
Alagoas	Jerinpancó, Karapotó, Kariri-Xocó, Tingui-Botó, Wassú, Xucurú-Karirí	4.917
Amapá	Galibí Marworno, Karipúna, Palikur, Waiãpi, Galibí (Guiana Francesa)	5.095
Amazonas	Banavá-Jafí, Caixana, Corvana, Dení, Diahói,	

	Himarimã, Hixkaryana, Issé, Jarawára, Juma, Kambéba, Kanamatí, Kanamari, Katawixi, Kokáma, Korubo, Marúbo, Matis, Mayorúna, Miranha, Múra, Múra-Pirahã, Nukuíni, Parintintín, Paumarí, Sateré Mawé, Taríana, Tenharín, Tikúna, Torá, Tshom-Djapá, Tukano, Wamiri, Yamamadí, Yabaána, Zuruahã, Maku, Warekéna (Venezuela), Karafawyána Sakiribar, Apurinã, Katukína/ Kulina, (Venezuela/Colômbia), Makú (Colômbia), Baniwa (Colômbia/Venezuela), Baré (Venezuela), Katuena, Mawayana, Munduruku, Xeren, Vitotó (Peru), Atroarí, Yanomámi, Waiwai, Kaxarari.	89.529
Bahia	Aricobé, Gerén, Kaimbé, Kantaruré, Kirirí, Pankararé, Pankaru, Pataxó, Pataxó ha hã hãe, Xucurú –Pariri, Pankararú, Tuxá.	8.561
Ceará	Calabassa, Jenipapo Kanindé, Karirí, Paiaku, Pitaguari, Tapeba, Tabajara, Tremembé.	4.650
Espírito Santo	Tupiniquim, Guarani M' Biá.	1.347
Goiás	Tapuia, Avá- Canoeiro, Karajá.	142
Maranhão	Canela, Guajá, Guajajára, Kokuiregatejê, Kreye, Krikatí, Urubu -Kaapor, Gavião.	14.271
Mato Grosso	Apiaká, Arára do Aripuanã, Arará do Guariba, Awetí, Bakairí, Bororo, Enawenê-Nawê, Irántxe, Kalapálo, Kamayurá, Kuikúro, Matipú, Mehináku, Ofayé, Panará, Paresí, Rikbaktsa, Suyá, Tapirapé, Tapayuna Trumaí, Txikão, Umutína, Waurá, Xavante, Yawalapití, Kadiwéu, Jurúna, Kayabí, Kaypó, Cinta Larga, Zoró, Itogapúk, Nambikwára, Suruí, Karajá.	17.329
Mato Grosso do Sul	Camba, Guató, Kadiwéu, Guarani-Nhandeva, Guarani- Kaiwá, Terena.Kaiwá, Terena.	45.259
Minas Gerais	Kaxixó, Krenak, Maxakali, Xakriabá.	6.200
Pará	Amanayé, Anambé, Apalaí Arára do Pará, Araweté, Asuriní do Trocará, Asuriní do Koatinemo, Kaxuyána, Parakanã, Suruí do Pará, Tiryó, Turiwára, Warikyána, Wayána, Xipáya, Zo'é, Tembê, Karafawyána, Katuena, Mawayana, Munduruku, Xeren, Jurúna, Kayabí, Kayapó, Gavião, Waiwai, Karajá, Kuruáya.	15.715
Paraíba	Potiguára	6.902
Paraná	Guarani - Nhandeva, Guarani M' Biá, Kaingáng, Xetá.	7.921
Pernambuco	Atikum, Fulniô, Kambiwá, Kapinawá, Truká, Xukurú, Pankararú, Tuxá	19.950
Rio de Janeiro	Guarani-M 'Biá	271
Rio Grande do Sul	Kaingáng	13.354
Rondônia	Aikaná, Ajuru, Akuntsu, Arará, Arikapú, Arikém,	

	Aruá, Awakê, Gavião, Jabutí, Kanoê, Karipúna do Guaporé, Karitiána, Koaia, Mekém, Pakaánova Paumelenho, Tuparí, Uarí, Urueuwauwau, Urubu, Urupá, Cinta-Larga, Zoró, Itogapúk, Nambikwára, Suruí, Sirionó (Bolívia), Kaxarari, Makurap, Sakiríbar.	5.573
Roraima	Ingarikó, Makuxí, Mayongóng, Taulipáng, Wapixána, Atroarí, Yanomámi, Waiwai	37.025
Santa Catarina	Xoklém, Guarani-M' Biá, Kaingáng	6.667
São Paulo	Guarani- Nhandeva, Guarani M'Biá, Kaingáng, Terena.	1.774
Sergipe	Xocó	230
Tocantins	Apinayé, Javaé, Krahô, Xambioá, Xerente, Avá Canoeiro, Karajá.	6.360
Total		325.652

OBS: As sociedades que estão em negrito, também estão presentes nos países indicados nos parênteses. Dados Populacionais extraídos do censo realizado pela FUNAI em 1995.¹⁰

Características gerais das populações indígenas

Os autores apresentam algumas características gerais dos grupos indígenas brasileiros. Mencionam que existem diferenças entre os grupos mas não avançam no sentido de apontar para algumas que sejam capazes de remeter o leitor às especificidades e singularidades dos grupos. Ao contrário, ao tentarem falar dessa diferença acabam reforçando a idéia apresentada no parágrafo abaixo.

As primeiras notícias sobre os índios brasileiros chegaram à Europa no século XVI. Eram histórias de viajantes, naufragos e missionários que viveram em aldeias litorâneas, entre grupos tupis. Os relatos generalizavam os traços culturais e, durante muito tempo,

¹⁰ FUNAI. **Quantos são e onde estão os índios hoje.** <http://www.funai.gov.br/indios8.htm>. 1998. Antropólogos e outros pesquisadores das sociedades indígenas no Brasil acreditam que o número de índios hoje seja muito maior que os apresentados pela FUNAI, podendo chegar aos 500 mil índios. Isso porque existem dificuldades na metodologia de realização dos censos, como por exemplo como contabilizar os grupos ainda não contatados, os índios que estão em trânsito ou vivem longe das áreas indígenas e mesmo grandes contingentes de índios que vivem em áreas urbanas misturados com as populações nacionais.

os índios brasileiros foram considerados todos iguais. Hoje sabemos que não formam um grupo homogêneo; apesar disso podemos destacar certas características mais gerais. (ARRUDA &, PILETTI, 1995:125).

Nesse caso acenam com a possibilidade da diferença existir, mas não fornecem argumentos novos que faça o texto diferenciar-se de outros já publicados. Como afirma Grupioni (In: SILVA, 1995:489) *acabam caindo na redundância e recorrência de informações presentes na maioria dos livros didáticos* que só informam coisas semelhantes e privilegiam os mesmos aspectos da sociedade tribal.

A maneira como os autores se expressam, nos leva a concluir que aquela idéia de índio genérico que se tinha na Europa do século XVI, apontada por eles, ainda é a que deve ser valorizada, *como se a generalização fosse a forma correta de estudá-los* (SILVA, 1995:489) uma vez que os aspectos abordados referem-se apenas a organização social básica; o modo de garantir a sobrevivência; a forma de preparar os terrenos para o plantio; a divisão do trabalho entre os sexos; a forma de garantir a continuidade da etnia etc.

Quando os autores falam da cultura indígena, podemos ver a utilização de uma nova terminologia para dizer aquilo que convencionou-se há muito tempo entender como contribuição do indígena para a cultura. Eles utilizam o termo *conhecimentos dos indígenas* e apontam *alguns mais comuns: (...) astronomia, (...) venenos de pesca (...), venenos de caça (...), tapiragem (...), borracha (...)* Os índios dispõem ainda de muitos conhecimentos, boa parte ligada à alimentação (ARRUDA & PILETTI, 1994: 125-6). Essa frase confirma que ainda prevalece na historiografia didática, a idéia de uma história eurocêntrica onde o índio junto com o negro desempenha papel de *ator coadjuvante* (SILVA, 1995:481-526) numa história onde o branco é o protagonista.

Um outro aspecto bastante questionado pelos pesquisadores da temática indígena é que esta sempre aparece enfocada no passado, em função do colonizador e marcada por eventos. E isso se deve ao fato da dificuldade em lidar com a

existência de diferenças étnicas e sociais na sociedade brasileira atual. O livro analisado não foge a esse modelo esquemático, embora traga um item sobre a situação atual dos índios no Brasil (ARRUDA & PILETTI, 1995:127) no qual menciona a população indígena em termos numéricos, como já foi dito acima; a existência de problemas que são enfrentados por essas populações e as formas de resistências adotadas; e nomes de alguns indígenas que são conhecidos nacional e internacionalmente.

Essa é uma questão importante do texto uma vez que desse item abre-se a possibilidade de problematizar a questão criando-se a oportunidade para a investigação da situação dos índios brasileiros hoje, que dependendo do encaminhamento que o professor der para a problemática poderá render bons resultados, embora ele tenha que recorrer a outros referenciais pois, o livro de Arruda e Piletti não contribui com indicações bibliográficas e de outros materiais que possam ser utilizados.

No **Toda a História** que possui quatrocentas e quarenta e oito páginas somando-se o conteúdo e o suplemento de mapas, os autores vão voltar a falar dos índios nos capítulos quarenta e oito a cinquenta e três, sendo que o capítulo quarenta e oito trata dos Incas e Astecas.

No capítulo quarenta e nove eles tratam da *chegada dos portugueses* (ARRUDA & PILETTI, 1995:145). Para desenvolver esse conteúdo os autores estabelecem uma relação com o início da idade moderna explicando as modificações políticas, sociais e econômicas vividas na Europa, para poder situar o contexto que possibilitou o processo de ocupação e conquista do território brasileiro. Nesse capítulo aparece uma única frase que se refere aos índios: *No dia 23, os portugueses fizeram com os nativos, os primeiros contatos, muito cordiais segundo o escrivão Pero Vaz de Caminha* (ARRUDA & PILETTI, 1995:146).

O próximo capítulo, de número cinquenta, trata do *Brasil: os primeiros tempos (1500-1530)*, cuja introdução é a explicação sobre o *mercantilismo*. No item 2: *Índios e brancos: as diferenças* (ARRUDA & PILETTI, 1995:148) colocadas em 30 linhas de uma coluna. Nesse trecho os autores referem-se a um diálogo que

Jean de Léry teve com um Tupinambá para explicar as diferenças existentes entre brancos e índios e acabam novamente caindo nas generalizações. Colocam ainda uma afirmação conclusiva mas, muito rica e que pode desencadear um bom debate sobre o assunto: *As diferenças com os brancos estavam em tudo, na maneira de se vestir, de encarar o trabalho, de pensar e de ver o mundo* (ARRUDA & PILETTI, 1995:148).

Na continuidade do capítulo, aparece o relacionamento entre índio e branco. O índio é apresentado apenas como um ser dócil que trabalha em troca de quinilharias, não havendo referência alguma a qualquer tipo de resistência empreendida por ele nesses primeiros tempos de ocupação e exploração. Não há qualquer menção a possíveis dificuldades encontradas nos primeiros contatos. Ao contrário, o trecho sobre os registros de Jean de Léry é colocado como se ele tivesse conversando com um velho conhecido. Não aparece registro no texto sequer sobre uma possível dificuldade de comunicação entre o índio e o francês e muito menos apontam as populações indígenas como sujeitos que estabelecem negociações com os europeus - mesmo que seja para adquirir as quinilharias trazidas da Europa.

A última informação que os autores dão sobre os índios é o nome pelo qual chamavam o pau-brasil: *ibirapitanga* e *arabutã* (ARRUDA & PILETTI, 1995:148). que vai servir como contribuição cultural.

No capítulo cinquenta e um *Brasil: início da colonização (1530-1580)* aparece o índio no item sobre *como colonizar?* apontando as dificuldades para esse empreendimento. Das alternativas pensadas para se efetivar a exploração, Portugal decide produzir açúcar e entre os meios para isso aparecem no texto: (...) *índios poderiam ser obrigados a trabalhar na lavoura, e, se não se adaptassem, havia os africanos...* (ARRUDA & PILETTI, 1995:150). Aqui acenam com a possibilidade de estranhamento entre índios e brancos. Mas a forma como os autores constroem a idéia deixa transparecer a falta de relevância que a questão da escravização e da exploração da mão-de-obra indígena tem, ficando esta em um plano ilustrativo, secundário.

No item seguinte sobre a *exploração do açúcar*, aparece

o enfoque sobre as formas de resistência do índio, e esse passa a ser mostrado sob um aspecto diferente do apontado no capítulo anterior. Aqui a idéia lançada é a de que *o índio já não se contenta mais com as quinquilharias em troca dos seus serviços, não tem disciplina para realizar o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar e não possui armas para vencer as batalhas contra os portugueses, apesar da superioridade numérica* (ARRUDA & PILETTI, 1995:151). Fica evidente uma *negação dos traços culturais da população indígena como significativos* (GRUPIONI, In: SILVA, 1995:486). Grupioni e Silva, reúnem na obra citada material que chama a atenção para esse e muitos outros aspectos que provocam a redundância, a simplificação e não a contemporaneidade dos índios. Se a idéia central desse capítulo de **Toda a História**, sabemos, não é a de discorrer sobre a importância que o índio tem na construção da nossa história, por outro lado, não merece esse tratamento indiferente por parte dos autores. Eles *se omitem no tocante a isso, simplificando por demais o processo histórico brasileiro* (GRUPIONI, In: SILVA, 1995:15-28), ou seja a interpretação dada aos fatos restringe-se a uma história universal mais ampla de caráter eurocêntrico, onde a história do Brasil torna-se um apêndice.

Nos capítulos cinquenta e dois e cinquenta e três, respectivamente, *Brasil: domínio espanhol e as invasões estrangeiras (1580-1640)* e *Brasil: a conquista do território (1640-1700)*, há apenas a menção ao indígena enquanto aliado dos estrangeiros (ARRUDA & PILETTI, 1995:154) no primeiro e, no segundo, no item *As bandeiras* (ARRUDA & PILETTI, 1995:158) descrevem sucintamente a relação de violência das expedições bandeirantes contra as reduções jesuíticas. Aqui termina a participação dos índios no livro adotado pelas escolas de públicas de ensino médio de Maringá.

Atividades propostas para exercitar o conteúdo

Uma última questão a ser comentada é a forma como os autores constroem as propostas de atividades relacionadas aos capítulos. Podemos perceber na análise das questões, que essas

têm um caráter conclusivo e finalista. São questões fechadas, cujas respostas podem ser localizadas facilmente no texto, sem que o aluno tenha que se submeter a um processo de reflexão e, ainda, sem que necessite ser criativo, ou que precise complementar a resposta a partir de algum outro referencial que possa ser consultado. Por exemplo: as questões do capítulo quarenta e dois: *O que é tribo?; Descreva alguns dos conhecimentos indígenas.; quais foram os resultados do contato dos índios com o branco?* (ARRUDA & PILETTI, 1995:127) Essa proposta de exercício não estimula o aluno para que ele sinta-se seduzido ou desafiado a pensar mais sobre o assunto em questão, o que só contribui para reforçar a idéia que é consenso entre os alunos, de que a história é mesmo algo chato e desnecessário de ser estudado.

Considerações Finais

Não somos ingênuos a ponto de acreditar que o livro didático deva corresponder a todos os nossos anseios e necessidades, dado o fato de que ele materializa o pensamento e a concepção de história, de mundo, de educação e de ensino de história dos autores que o conceberam, ou seja, uma leitura possível.

Nesse sentido, analisar a abordagem dada à questão indígena no livro de ARRUDA & PILETTI, teve sobretudo o objetivo de buscar estabelecer um diálogo entre o que se produz para ser utilizado na sala de aula e a forma como esse produto é de fato utilizado.

A análise de **Toda a História** constitui-se num passo, ao nosso ver, importante e capaz de nos aproximar da realidade de sala de aula através do debate que estamos aqui iniciando. É com o professor que está no exercício do seu ofício todos os dias que queremos dialogar e contribuir para que o trabalho de desconstrução do texto seja uma etapa que preceda a escolha e o trabalho de preparação de suas aulas. Isso significa que mais do que nos propormos a elencar os problemas e lacunas que o texto em questão apresenta, entendemos como necessário a

continuidade desse trabalho no sentido de criarmos situações que possam possibilitar o contato do professor com referenciais que afirmamos que os autores Arruda e Piletti não fornecem no livro e que os pesquisadores do tema aqui proposto têm a oferecer.

Abstract: Until the seventies, it was supposed that the Indians didn't have future, nor past; its irreversible assimilation was placed to the involve society, and its end before the capitalist progress in the border areas. Starting from the eighties the situation began to move. It is the subjects related with the indigenous populations they became objects of studies. Inside them the representations of the existent indigenous populations in the didactic books. In that way, our proposal is of verifying those representations in a specific text – **All the History**, of José Jobson Arruda and Nelson Piletti – adopted in the twenty one public schools of medium teaching of Maringá town, reaching a number of 14.212 students.

Key-words: Etno-history, Didactic Books, Indigenous Populations.

Referências bibliográficas

- ABUD, Kátia. In: SILVA, Marcos A. da. **Repensando a história**. São Paulo : Marco Zero, 1984.
- ANAIS DO ENCONTRO **PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**. São Paulo: FEUSP, 1988.
- ANAIS DO ENCONTRO **PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**. São Paulo: FEUSP, 1996.
- BALDISSERA, José Alberto. **O livro didático de história: uma visão crítica**. São Leopoldo: Cultural, 1983; DIEHL, Astor Antônio (org.). **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. El pensamiento político de los índios en América Latina. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, p. 11-54, 1979

- BATALLA, Guilherme Bonfil. **Utopia y Revolución, El pensamiento político contemporáneo de los indios en America Latina**. MéxicoD.F. : Editorial Nueva Imagem, 1981.
- BENGOA, José. Los indigenas y el Estado nacional en América Latina. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.38, n.2, p.151-186,1995
- BITTENCOURT, Circe F.org. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.
- _____. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de doutorado. São Paulo: FFCH/USP, 1993.
- CABRINI, Conceição. O ensino de História: revisão urgente. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CARMACK, Robert M. Ethnohistoria y teoria antropológica. **Cuadernos del Seminario de Integración Social Guatemalteca**, Guatemala, Ministério de Educacion, v.26, p. 7-47, 1979.
- CARMO, Sonia Irene do. **Entre a Cruz e a Espada: o índio no discurso do livro didático de história**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP/USP, 1991.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e Democracia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo : Cia das Letras, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. **Revista de Antropologia**. São Paulo, n. 30/31/33, 1981/82/83.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- FUNAI. Os índios na descoberta do Brasil. <http://www.funai.gov.br/indios6.htm>. 1998.
- FUNAI. Quantos são e onde estão os Índios hoje. <http://www.funai.gov.br/indios8.htm>. 1998.
- GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, L.D. Benzi. (org.) **A temática indígena na escola – novos subsídios para**

- professores de 1º e 2º graus.** Brasília : MEC/MARI/ UNESCO, 1995.
- KRECH III, Shepard. The state of ethnohistory. **Annual Review Anthropology**, n.20, p.345-375, 1991.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil.** Rio de Janeiro,1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Museu Nacional/UFRJ.
- MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, Luís Donozete Benzi (Org.). **Índios no Brasil.** Brasília : Ministério da Educação e do Desporto, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. Os Guaranis e a história do Brasil meridional. In: Manuela C. da CUNHA (Org.) **História dos índios no Brasil.** São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A política indigenista brasileira durante o século XIX.** Rio Claro, 1971. Tese (Doutorado em Antropologia) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro.
- MOTA, Lúcio Tadeu. A Construção do “vazio demográfico” e retirada da presença indígena da história social do Paraná. In: **PÓS-HISTÓRIA: Revista de Pós-Graduação em História** (ISSN 0104-1452) (Universidade Estadual Paulista), Assis, SP - Brasil, 2:123-137, 1994..
- MOTA, Lúcio Tadeu. A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi. **Revista Regional de História**, (ISSN 14140055) Ponta Grossa, 2(1):187-207, 1997.
- MOTA, Lúcio Tadeu. As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões. **Programa & Anais da 6ª Reunião Especial da SBPC - Cidades de Médio Porte.** Maringá, SBPC, 1998, p. 59-64.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1934)** / Lúcio Tadeu Mota; apresentação de Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira - Maringá: EDUEM, 1994. (ISBN 85-85545-06-2)
- MOTA, Lúcio Tadeu. **O Aço, a cruz e a terra: índios e**

- brancos no Paraná provincial (1853-1889).** Assis, 1998. Tese (Doutorado História) UNESP.
- MOTA, Lúcio Tadeu. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional. **Dialógos: Revista do Departamento de História da UEM.** (ISSN 1415-9945). Maringá, v. 2, n. 2, p. 149-175, 1998.
- NAdAl, Elza. . O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História,** São Paulo. v13, n. 25/26, set. 92/ago 93. p. 143-162.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O nosso governo: os Ticunas e o regime tutelar.** São Paulo : Marco Zero, 1988.
- PAIVA, Eunice & JUNQUEIRA, Carmen. O Estado contra o índio. Série Textos em Ciências Sociais, São Paulo : PUC, 1985.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** São Paulo : Civilização Brasileira, 1970.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro : 1994.
- SILVA, Marcos A. da. Repensando a história. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- _____. História em quadro-negro: escola, ensino e aprendizagem. *Revista Brasileira de História.* v.9, n.19. São Paulo, : Anpuh/Marco Zero, set.89/fev.90.
- TRIGGER, Bruce G. **Etnohistoria: problemas y perspectivas. Traduciones y Comentarios.** San Juan, Universidad Nacional de San Juan, n.1,p. 27-55, 1987.
- URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos índios no Brasil.** São Paulo : Cia das Letras, 1998.